

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMADS

PROJETO DE LEI Nº 1.409, DE 2007

Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Autor: Deputado **BETO FARO**

Relator: Deputado **IRAJÁ ABREU**

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PENNA

O Projeto de Lei altera a redação da Medida Provisória 2.199-14/01, que concede incentivos fiscais a projetos de desenvolvimento nas áreas da SUDAM e da SUDENE. A proposta em pauta aumenta o incentivo, de 75% para 85% do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, para pessoas jurídicas com projetos envolvendo atividades tipificadas como bens ambientais. O projeto tipifica essas atividades como sendo aquelas que não poluam, não ameacem a biodiversidade, gerem “efeitos benéficos ao meio ambiente ou à saúde humana” e respeitem “as relações de trabalho e outros direitos sociais compatíveis com os direitos dos trabalhadores”.

Embora as boas intenções do nobre parlamentar, buscando incentivar atividades de baixo impacto, consideramos temerário aumentar os incentivos para empreendimentos na região amazônica. Em especial, destacamos o fato de que os projetos são analisados pelas superintendências de desenvolvimento, que naturalmente priorizam aspectos financeiros e econômicos. Mesmo exigindo cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas, as superintendências não são especializadas na análise de sustentabilidade ambiental.

É de se temer que o aumento do benefício fiscal estimule a ação de pessoas inescrupulosas com falsas alegações de benefícios ao meio ambiente.

Assim, o projeto de lei em análise não diminuirá, a nosso ver, o ritmo de desmatamento da Amazônia, nem as ameaças à biodiversidade das regiões amazônica e nordeste, tendo, ao contrário, o efeito de tornar aquelas regiões mais vulneráveis à ação predatória.

Lembramos que existe, em fase final de tramitação nessa Casa, o PL 5.974/05, de autoria do Senado Federal, que institui incentivos fiscais que beneficiarão projetos ambientais implementados por ONGs e doações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

Sendo assim, pelas razões acima expostas, apresento esse voto em separado, contrário ao parecer do nobre relator, pela rejeição do PL 1.409, de 2007.

Sala da Comissão, em de novembro de 2011.

Deputado **PENNA**

PV/SP